

Congresso aprova parecer que exige dois terços para alterar emenda

por Walter Marques
de Brasília

Na tarde de ontem, depois de repetir no plenário da Câmara toda a discussão que já havia sido travada no dia anterior na Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa, os deputados federais aprovaram o parecer do deputado Aloyzio Campos determinando que, para manter no texto da convocatória da Constituinte a expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais" — que assegura o funcionamento da Câmara e do Senado ao lado da Constituinte —, são necessários dois terços dos votos em cada uma das Casas do Congresso. Em seguida, a matéria foi posta em votação no Senado e não houve quorum para a sua aprovação. Nervosos, o deputado Ulysses Guimarães e o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, passaram então a tentar um acordo com os senadores para garantir a votação do parecer no Senado. Sem ela, a convocação da Constituinte seria inviável, pois não seria possível chegar à votação sobre a inclusão ou exclusão daquela salvaguarda no texto da convocatória. Sem isso não se completaria o segundo turno da votação da emenda da Constituinte e o processo político poderia tomar rumos imprevisíveis.

Finalmente, depois de reuniões das bancadas do PDS e do PFL no Senado, seguidas de uma reunião de Ulysses Guimarães e José Fragelli, no final da tarde, com os líderes do PDS e do PFL no Senado, Murillo Badaró e Carlos Chiarelli, Virgílio Távora e Néelson Carneiro, embora não se tivesse obtido um acordo, o parecer de Aloyzio Campos foi posto em votação no Senado e aprovado com o voto de minerva de José Fragelli, por 29 a 28 votos. Na Câmara, o parecer teve aprovação folgada, recebendo 384 votos favoráveis contra 20 votos contrários e uma abstenção.

O motivo de toda a celeuma em torno da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais" foi o interesse dos senadores do PDS, acompanhados

de pemedebistas como Itamar Franco e Saldanha Derzi, e outros do PFL, em que o texto da convocação da Constituinte explicitasse com a maior clareza possível o respeito aos seus mandatos.

A preocupação envolvia sobretudo os senadores eleitos em 1982, que têm mandato até 1991. A retirada daquela expressão do texto da convocatória, segundo senadores do PDS e do PFL ouvidos por este jornal, os exporia a uma eventual negação de seus mandatos pela Constituinte. Eles trataram, portanto, de defender o que consideraram ser um direito adquirido, ou seja, eleitos em 1982 consideraram-se membros da Constituinte, embora não tenham sido eleitos para integrá-la.

As repetidas explicações do autor do substitutivo, deputado Walmor Giavarina, e dos líderes do PMDB, de que a retirada da expressão não constitui ameaça aos mandatos dos senadores, porque o texto diz que a Constituinte é formada pelos membros da Câmara e do Senado, não convenceram os senadores do PDS.